

JARARACA: A MARCANTE TRAJETÓRIA DE UMA PUBLICAÇÃO

JORNAL DA AJURIS



ANO 21 NÚMERO 287 - SETEMBRO / 2018



CONSTITUIÇÃO E DECLARAÇÃO UNIVERSAL

SEMINÁRIO ABORDA OS DIREITOS HUMANOS SOB
A ÓTICA DA HISTÓRIA, POLÍTICA E DO DIREITO

BAILE DOS 74 ANOS
CONFIRA AS FOTOS
DA CELEBRAÇÃO DE
ANIVERSÁRIO DA AJURIS



JORNAL DA AJURIS

Agosto 2018 - Ano 21 Número 287



**ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES
DO RIO GRANDE DO SUL**

Presidente:

Vera Lúcia Deboni

Vice-presidente Administrativo:

Orlando Faccini Neto

**Vice-presidente de
Patrimônio e Finanças:**

Cristiano Vilhalba Flores

Vice-presidente Cultural:

Madgéli Frantz Machado

Vice-presidente Social:

Patrícia Antunes Laydner

Vice-presidente de Aposentados:

Benedito Felipe Rauen Filho

JORNAL DA AJURIS

Diretor de Comunicação:

Max Akira Senda de Britto

Jornalista-chefe:

Alexandre Bach

Equipe de Jornalismo:

Daniel Soares

Joice Proença

Vinícios Sparremberger

Jeniffer Mello (estagiária)

Projeto gráfico e diagramação:

Esparta Propaganda

Endereço:

Rua Celeste Gobatto, 81

Praia de Belas - Porto Alegre/RS

CEP: 90110-160

Telefone: (51) 32849100

Email: imprensa@ajuris.org.br

Site: www.ajuris.org.br

Palavra da Presidente

Unidos pelo futuro

Esta revista que chega a suas mãos é um registro de uma série de atividades que marcaram os 74 anos da AJURIS, celebrados no dia 11 de agosto. Atividades, é importante registrar, que atingiram diferentes públicos como forma de festejar a data não apenas com a magistratura, mas também com a comunidade em que nossa associação está inserida.

A primeira atividade, aberta ao público e com ampla participação de estudantes de Direito, foi o seminário *Direitos Humanos, Declaração Universal e Constituição Federal: Entre Querer e Fazer*, quando tivemos oportunidade de debater com especialistas e figuras históricas que participaram da elaboração da nossa Constituição, do passado e do presente da nossa atividade e projetar o futuro das questões que envolvem os direitos sociais. O tema, é bom ressaltar, está alinhado com a agenda atual da sociedade, que faz ampla discussão sobre questões de gênero, raça e igualdade, entre outros.

Para falarmos ainda mais sobre o futuro, a revista traz um artigo especialmente produzido pelo diretor da nossa Escola da Magistratura, Jayme Weingartner Neto, em parceria com o vice-diretor, Roberto José Ludwig, falando dos desafios que aguardam os magistrados. "O que nos anima é a vocação de uma magistratura consciente das próprias limitações pessoais e institucionais, atenta aos ventos tempestuosos. Mas que não abre mão da excelência técnica a serviço dos valores humanistas concretizados nos direitos fundamentais. Que acredita, portanto, no futuro", escrevem os dois.

Aproveitamos a oportunidade desta publicação para fazer um breve relato de algumas conquistas associativas, como o pagamento da URV, difícil provimento, folga compensatória e licença-paternidade. Também destacamos os principais eventos sociais e culturais realizados este ano, como o Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser, Curso de Inclusão Digital, Jantar dos Aposentados, encontro com a presidência da AMB e a recente Semana da Magistratura de Pelotas.

Por fim, tivemos o grande momento de descontração no nosso tradicional baile de aniversário. Faço questão de aqui reafirmar o que disse aos presentes na Casa NTX:

"Aqui estão os aposentados, que trabalharam muito para construir a honrada história da nossa entidade.

Estão também pensionistas, que são a continuidade daqueles que não estão mais conosco e que representam o espaço de cuidado e pertencimento da família da magistratura.

E aqui estão os colegas da ativa, de todas as gerações. Que são a magistratura que vive momento muito delicado para o Brasil e os brasileiros. Que dão seu melhor para que a sociedade tenha no Poder Judiciário a garantia de viver em harmonia e paz social.

Por isso considero que vamos viver uma noite em que passado e presente se encontram aqui, hoje, mostrando a todos nós a melhor forma de convivermos sempre:

Em união!"

Boa leitura

Vera Lúcia Deboni
Presidente da AJURIS



O Judiciário que acredita no futuro



Por *Jayme Weingartner Neto*, diretor da Escola Superior da Magistratura,
e *Roberto José Ludwig*, vice-diretor da ESM

A cumulamos uma rica experiência ao longo dos 74 anos de vida associativa. Vimos constituições, democracia, ditadura, abertura e contestações se sucedendo, sempre aguçando nossa sensibilidade para aquilo que, nas sociedades civilizadas, só nós podemos fazer: decidir definitivamente os conflitos, orientar as condutas, prevenir o litígio. Numa síntese, pacificação social com justiça, por meio do direito.

Nas próximas décadas, o Poder Judiciário continuará sendo, nos Estados Constitucionais, imprescindível. Mas há muita incerteza no horizonte de uma sociedade plural, complexa, desigual, com pulsões intolerantes. Muita indeterminação diante da aceleração tecnocientífica, que muda culturas em ciclos cada vez mais estreitos e resiste, por isso mesmo, ao meio clássico de regulação, a lei (por exemplo, aplicativos de transporte, redes sociais e manipulação genética). Algum grau dessa erosão legislativa também se explica pelo fosso de representação, opacos parlamentos.

Na linguagem dos direitos – individuais, sociais, difusos – radica o humanismo contemporâneo, cujo fundamento normativo chama-se dignidade da pessoa humana. Mas qual a coesão possível, quando 60% dos brasileiros, em pesquisa recente, associam direitos humanos a coisa de bandidos? Quanto fica da premissa antropológica, no tempo em que animais e inteligências artificiais já deambulam pleiteando *personalidade* jurídica? Há que respeitar a diferença, na polarização política e nos novos arranjos familiares, menos dispostos à tradição que ao afeto.

Os governos, acossados por exclusão interna e pressões globais (mudança climática, migrações, xenofobia), imersos em crises fiscais e frágeis aos poderosos de sempre, devem mover-se na transparência, proteger minorias, garantir oportunidades e um ambiente econômico sadio. Confrontados

nos tribunais, ecoam gritos contra a judicialização da política. Não por acaso, a ONU apontou, nos objetivos para o desenvolvimento sustentável do novo milênio, para os valores interligados de Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, item 16).

Neste cenário, a magistratura assume sua responsabilidade e plasma seus deveres em fórmulas consagradas em vários Códigos de Ética. Manter a independência (dos outros poderes, da política, de pressões midiáticas, de interesses econômicos e até de injunções internas), demonstrar a imparcialidade (ciente das tensões entre emoção e razão e do viés cognitivo das decisões, de modo convincente para um observador externo razoável e de boa-fé), cultivar a integridade e a idoneidade (aceitando as altas exigências sociais em torno da persona que julga e exercendo com prudência suas liberdades fundamentais, de modo a preservar a dignidade da função), vivenciar a igualdade (sem descurar dos vulneráveis e das diferenças, identificando e compensando as assimetrias que inviabilizam o exercício dos direitos) e aprimorar a competência e a diligência (atualização permanente, celeridade, equacionar qualidade e quantidade de trabalho).

Tarefas imensas, próprias de um Hércules, dignas de seres quase etéreos? Não se trata disso. Não precisamos nem nos consideramos heróis. Antes, o que nos anima é a vocação de uma magistratura consciente das próprias limitações pessoais e institucionais, atenta aos ventos tempestuosos. Mas que não abre mão da excelência técnica a serviço dos valores humanistas concretizados nos direitos fundamentais. Que acredita, portanto, no futuro. E, na construção desse porvir generoso e solidário, continuaremos contando com a força da nossa Associação e com o respaldo da nossa Escola. Por muitos e muitos anos, na exata medida do talento, da dedicação e da doação de cada um de nós.



Querereres e Fazeres

que a história nos impõe

Em comemoração ao aniversário de 74 anos, a AJURIS promoveu, no último dia 10/8, em parceria com a Escola Superior da Magistratura e patrocínio do Banrisul, o seminário *Direitos Humanos, Declaração Universal e Constituição Federal: Entre Querereres e Fazeres*. Com um dia inteiro de programação, o evento foi pensado para promover o debate sobre os 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos e os 30 anos da Constituição Federal. “Nós queremos pensar o que fizemos no passado, mas também queremos olhar para frente. Olhar para o futuro e trabalhar por ele”,



DUAS VISÕES DA MESMA CONSTITUIÇÃO



José Fogaça: 'Constituinte foi um carro com apenas faróis traseiros'

O painel 30 Anos Atrás – A Construção dos Alicerces abriu os debates do seminário da AJURIS recebendo os políticos gaúchos constituintes José Fogaça e Olívio Dutra para resgatar a história da Constituição de 1988, além dos desembargadores Ivo Gabriel da Cunha, ex-presidente da AJURIS, e Voltaire de Lima Moraes, ex-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), também participaram com depoimentos sobre o papel das instituições na construção da carta constitucional, que completa 30 anos em outubro.

Mediado pelo jornalista Cláudio Brito, o painel foi marcado pela diferença de opiniões acerca de uma possível reconstrução da Constituição. Como pontuou o deputado federal José Fogaça, “a constituinte foi um car-

ro com apenas faróis traseiros. Ela só olhava para o passado, ou melhor, ela só pensava em corrigir o passado autoritário, autocrático que nós tínhamos vivido. Tanto não tinha farol dianteiro que foram necessários a criação de 99 emendas”, lembrou o ex-prefeito de Porto Alegre e senador constituinte pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual MDB.

O ex-governador do Rio Grande do Sul e deputado federal constituinte (PT), Olívio Dutra, também pontuou a importância da carta. “A constituinte de 1988 está comemorando 30 anos. É evidente que foi um enorme avanço na visão do país, da moralização do Estado Democrático de Direito, da saída de um regime de ditadura civil militar. Mas a democracia não é uma coisa pronta e acabada, é um processo permanente que o ser humano vai

destacou a presidente da AJURIS, Vera Deboni, durante a abertura.

O diretor da Escola Magistratura da AJURIS, Jayme Weingartner Neto, aproveitou para destacar outro ponto importante, sobre os direitos humanos. “A questão agora é: 70 anos depois, por onde andamos? Que fazeres nos restam, que nos desafiam, nos mobilizam?”, instigou. “Para pensarmos juntos, reunimos, pessoas e profissionais que, pelo Estado e pela sociedade, literalmente escreveram parte da nossa história e que hoje continuam traçando linhas de reflexão e pautas de ação”, ressaltou o magistrado.



Deputado federal em 1988, Olívio Dutra defende uma nova Constituinte

ENTREVISTA: IVO GABRIEL DA CUNHA

Primero juiz a presidir a AJURIS, no biênio 1986/1987, o hoje desembargador aposentado Ivo Gabriel da Cunha resgata alguns momentos desse marco para a magistratura gaúcha.

O senhor era o presidente da AJURIS à época dos estudos para a elaboração da Constituição e esteve pessoalmente envolvido na Comissão de Sistematização. Como era o clima entre a magistratura naquele momento histórico que o país vislumbra?

IVO GABRIEL: Após anos de ditadura, a redemocratização do país terminaria quando viesse a ser aprovada uma nova Constituição, restabelecendo a normalidade institucional da Nação, em especial superando toda e qualquer norma editada anteriormente que com ela viesse a ser incompatível. Tratava-se de um "corte" visceral com o passado recente. Sensível a isso, a AJURIS mobilizou-se mediante a convocação de uma assembleia geral extraordinária dos associados buscando elaborar moções que pudessem ser levadas à Constituinte como sendo as sugestões da magistratura para o capítulo do Poder Judiciário na nova Carta que se avizinhava. Desmentindo a ideia geral de que as assembleias só eram concorridas quando se tratasse de questão remuneratória, essa contou com expressivo número de colegas da magistratura. Houve toda uma preparação no âmbito das Coordenadorias Regionais e, assim, dela resultaram aprovadas diversas proposições, elencadas como sendo o pensamento da magistratura gaúcha a ser levado aos Constituintes. Pouco depois dessa assembleia geral, ocorreu um Congresso Brasileiro de Magistrados, na cidade do Recife, Pernambuco, cuja temática era exatamente a Constituinte. Então, a AJURIS nele se fez representar com grande bancada de colegas e lá apresentou as teses aprovadas antes na Assembleia Geral. Graças à mobilização intensa e à prévia preparação dos colegas, as teses foram aprovadas no Congresso e, portanto, transformaram-se em teses da magistratura nacional. Claro está que algumas das proposições (como, por exemplo, a exigência de publicidade nas sessões de julgamento e a obrigatória fundamentação das decisões judiciais) não tinham a simpatia de todos os magistrados, mas acabou prevalecendo a posição defendida pela AJURIS, mercê da mobilização e participação dos colegas gaúchos. É possível constatar, pela leitura dos textos aprovados na AGE da AJURIS e no Congresso da AMB, que várias dessas proposições vieram a integrar o capítulo do Poder Judiciário na nova Constituição, em especial, no elenco dos incisos do art. 93, sendo lamentável que até hoje não haja sido elaborada a nova e compatível Lei Orgânica da Magistratura pelo STF.



A Constituição de 1988 garantiu importantes direitos que os brasileiros hoje podem usufruir. Estabeleceu deveres também e deixou mais clara as relações entre os Poderes. Trinta anos depois, como o senhor vê os resultados daquele esforço de transformar o Brasil num país mais igualitário?

IVO GABRIEL: A Constituição de 1988 restabeleceu no Brasil uma democracia liberal e garantiu direitos até então considerados meras normas programáticas, desprovidos antes de efetividade. Como os Constituintes eram, porém, integrantes do Poder Legislativo ordinário (a Constituinte não foi exclusiva), os consensos nas discussões foram estabelecidos "dentro do possível", sempre com a finalidade de superar obstáculos ao andamento do trabalho constituinte e de forma a viabilizar a sua conclusão. Quando o consenso não era possível, a norma delegava a solução do conflito de interesses à "lei complementar", de certo modo trazendo de volta o que acontecia no regime constitucional anterior. Mais grave, porém, foi a instituição das medidas provisórias, numa clara submissão a um regime de Poder Executivo forte e de esvaziamento do Poder Legislativo. Também a repartição das receitas tributárias privilegiou a União, relativizando grandemente o sistema federativo. Grave também foi a omissão da expressão das necessárias fontes de custeio para sustentar os direitos reconhecidos e a manutenção do sistema eleitoral. Hoje é possível constatar onde nos levaram essas deliberações. Na época, ouvi de um Senador frase que muito me impressionou pelo que significava de abdicação do espírito republicano. Perguntou-me ele se, a respeito de determinada matéria, havia consenso, acrescentando: independente do conteúdo, se houver consenso passa; se não houver consenso, não passa.

Qual a sua melhor lembrança daquele momento e o que representou na sua carreira dentro da magistratura?

IVO GABRIEL: Minha melhor lembrança daquele período consistiu na constatação do respeito e da credibilidade que as propostas da AJURIS mereciam no âmbito da Constituinte, uma vez que reconhecidas como baseadas no espírito público, credibilidade e respeito que, infelizmente, não eram reconhecidas a alguns outros segmentos da magistratura brasileira. Sempre acreditei que a independência do juiz não era incompatível com os ideais republicanos e que, ao contrário, a defesa deles era mesmo um dever dos magistrados. A atividade associativa permitia, como permite até hoje, veicular posição coletiva dos juizes, sempre mais forte quando oriunda do universo dos magistrados e, não, de um ou outro deles individualmente considerado, por maior mérito pessoal que pudesse ter. Assim, foi a Constituinte o foro mais elevado de que pude participar, experiência de que guardo acendrado orgulho, especialmente porque exercida em nome e em representação dos magistrados gaúchos.



O jornalista Cláudio Brito (E) foi o mediador do primeiro painel, com a presença do desembargador Voltaire de Lima Moraes (D)

se afirmando e se constituindo em cidadão e cidadã efetivamente, vai se tornando também sujeito e não objeto da política”, destacou.

Olívio Dutra defendeu, ainda, a realização uma nova Constituição por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte livre, exclusiva e soberana. “É preciso discutir intensamente a organização do Estado Democrático de Direito para que o país e o Estado brasileiro funcione bem, não para poucos ou por uns, mas pra maioria da população”, defendeu. Já para José Fogaça, “temos uma constituição sólida”.

“Nós vivemos num Estado de Direito democrático em que as instituições funcionam. Não é o melhor dos mundos, cheia de erros e acertos, mas é por essa constituição que nós temos que lutar para que as instituições democráticas sejam preservadas, a democracia seja preservada”, observou.

O hoje desembargador aposentado Ivo Gabriel da Cunha, primeiro juiz a presidir a AJURIS, no biênio 1986/1987, e que foi membro da comissão constituinte, relatou a participação da Associação e as contribuições da Magistratura na construção

da Constituição (entrevista no box).

O desembargador Voltaire de Lima Moraes recordou o trabalho realizado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) na construção da Constituição. Como destacou ex-presidente da entidade, a principal delas foi a consolidação do Ministério Público - enquanto instituição basilar para a organização do Estado Nacional - com a promulgação da Constituição de 1988, transformando seus membros em verdadeiros “guardiões da cidadania”, em agentes transformadores da realidade social.

DIREITOS SOCIAIS, VULNERÁVEIS E INCLUSIVIDADE

O segundo painel do seminário teve como tema Direitos Sociais, Vulneráveis e Inclusividade, com participação do desembargador Ingo Wolfgang Sarlet, da doutora e professora Jane Reis Gonçalves Pereira e do professor Silvio Luiz de Almeida, pós-Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito, e contou com a mediação do diretor da AJURIS, Jayme Weingartner Neto.

O desembargador Ingo Wolfgang Sarlet, primeiro a falar no painel, fez um pequeno retrospecto da construção dos direitos sociais dentro das constituições e foi enfático ao afirmar que a temática dos direitos sociais, tal como se apresenta hoje, foi posta pela Constituição Federal de 1988. “O constituinte de 88 adotou uma concepção de direitos fundamentais, isso não só pela primeira vez ao usar essa terminologia, mas pela construção de uma concepção de direitos fundamentais. Isso é inegável, basta comparar o antes e o depois de 88”, disse o magistrado. “Antes nós tínhamos apenas direitos constitucionais, muitos deles até antes de países europeus”, completou o desembargador. “A ideia de direitos fundamentais é diferente em cada lugar e parte de uma visão central de que só são direitos fundamentais aqueles direitos que recebem um conjunto de garantias que lhe asseguram uma normatividade reforçada, uma proteção reforçada, e não mais meramente um direito constitucional”, disse Ingo Sarlet.

O magistrado, que tem larga experiência constitucionalista, disse que, com a Constituição de 1988, o Poder Judiciário passou a entender que os direitos fundamentais têm

de ser aplicados ao direito social. “A nossa Constituição empoderou o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria, por exemplo, e talvez não tenha previsto a dimensão disso. E claro que hoje é um momento de crítica e de autorreflexão disso tudo. Talvez tenhamos que buscar critérios mais sólidos, mais cuidadosos. A inefetividade dos direitos sociais é a inefetividade dos direitos políticos e vice-versa”, completou o desembargador, que concluiu afirmando que não há necessidade de uma nova Constituição: “Espero que ela complete mais 30 anos porque com ela, e por causa dela, com seus objetivos, nós temos força institucional de promover o que ela nos oferece”.

Para a professora e juíza federal Jane Reis Gonçalves Pereira, a Constituição de 1988, desde o momento em



Ingo Sarlet, Jane Reis e o professor Silvio Luiz de Almeida participam do segundo painel do Seminário

que foi gestada, gerava sentimentos contraditórios e que forças antagônicas é que trouxeram o equilíbrio para o seu texto. “O então presidente José Sarney dizia que a Constituição tornaria o Brasil ingovernável, que era uma Constituição infatível. Mas ao mesmo tempo, Ulysses Guimarães dizia e disse em seu discurso de promulgação, com otimismo e exaltação, de que essa era a ‘Constituição cidadã, aquela que tem o sopro de gente’. Ela convive com esse dualismo desde que foi elaborada. E podemos pensar a Constituição de 88 com o conceito da arquitetura que é a unidade de opostos”, comparou a professora.

Jane Reis também mencionou em sua fala que o texto constituinte, mesmo com suas falhas, veio para atualizar o Direito. “Com todas as suas imperfeições, ela foi o pacto possível, ela assegurou algumas décadas de estabilidade jurídica para o país. E é curioso observar que quando mais latente se faz as críticas, ou se apresenta suas falhas, mais ela se faz necessária. Ela é que, mal ou bem, está tornando possível a convivência entre esses opostos”, disse a professora que reafirmou que a

Constituição de 1988 é o nosso compromisso com o Estado Democrático de Direito, ainda que o Brasil conviva um cenário de desigualdade estrutural que torna a prerrogativa de viver um Estado de Direito como um privilégio. “Existem zonas de exclusão, zonas em que essas premissas de Estado de Direito não chegam e talvez essa seja a questão crucial para se começar a debater direitos sociais”, completou a magistrada.

O último painelistas a falar foi o professor Silvio Luiz de Almeida, que ressaltou a complexidade que envolve a discussão dos temas relacionados aos direitos fundamentais e aos direitos sociais e centrou sua fala em dois aspectos: crise e vulnerabilidade.

Para o professor, para se entender tudo o que está acontecendo é preciso saber que a sociedade vive uma contradição que é essencial. “Está sempre espremida entre Estado e mercado. O mercado é onde as pessoas se relacionam, a partir da autonomia das vontades, do contrato, onde a liberdade se coloca. E o Estado, que tem o papel, a partir de intervenções para manter esse sistema preservado. Assim, o Ju-

diciário, dentro dessa identidade de Estado, tem o papel de preservação, de conservar essa ordem, uma ordem das formas sociais”, disse Silvio Luiz que acredita que o centro de toda a questão quando se fala de crise – e isso envolve os direitos sociais – reside na forma com que se dá a intervenção do Estado, na sociedade civil ou no mercado.

“Estamos numa crise estrutural. É um crise onde temos uma dificuldade de encontrar uma forma de pacificação, uma forma de regularização e ordenação desses conflitos. Estamos numa sociedade que não encontra forma de absorção desses conflitos”, disse o professor, que defendeu a ideia de que haja a defesa desse novo paradigma, que são os direitos sociais, e que isso vai muito além de ideologias. “Tem pessoas que acham que a desigualdade é uma decorrência natural ou por força de mercado ou pelo indivíduo que não soube se colocar nesse mercado. E desde os anos 50 vem se criando, construindo mecanismos e instituições que lutam para que direitos sociais e direitos fundamentais sejam suprimidos”, completou o professor.



Ex-presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer (D) mediu debate com a professora Flávia Cristina Piovesan

Uma análise do momento atual e as perspectivas futuras dos Direitos Humanos foram o assunto da conferência que encerrou o seminário Direitos Humanos, Declaração Universal e Constituição Federal: Entre Quereres e Fazer, promovido pela AJURIS e Escola da Magistratura. O tema foi apresentado pela professora e doutora Flávia Cristina Piovesan, da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e contou com mediação do juiz Gilberto Schäfer, ex-presidente da AJURIS.

Flávia dividiu a apresentação em dois momentos. Primeiro, falou da realidade vivida pela sociedade e sua relação com os Direitos Humanos, estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. "Hoje precisamos expandir a narrativa dos Direitos Humanos para enfrentar momentos de ódio, de ânimos acirrados, que vivemos", afirmou. "Os Direitos Humanos são um processo aberto e dinâmico na luta pela dignidade humana e uma maneira de diminuir a dor humana."

A professora também lembrou que embora a Declaração Universal seja normatizada em 30 artigos, existem situações de tensões sociais recentes, fruto do mundo moderno, que ainda não são abrangidas pela carta. Lembrou, por exemplo, que no continente americano, nove países, entre os 35, ainda criminalizam a prática homossexual. "Como vamos lidar com a questão da diversidade sexual ainda é um desafio", disse.

Outro desafio, lembrou, é garantir um espaço para os Direitos Humanos no mundo digital, "onde há mais per-

guntas do que respostas", um cenário que não existia quando a declaração foi assinada por cerca de 60 países, em 1948. "Temos hoje muitas zonas de penumbras que surgiram depois da declaração, mas há três elementos essenciais que se mantêm firmes ao longo do tempo. O primeiro é a linguagem universal dos Direitos Humanos, ou seja, basta ser uma pessoa para ter seus direitos, independente de raça. O segundo é a visão holística da abrangência do processo, incluindo não apenas o direito à expressão, mas também ao acesso à saúde e educação, entre outros itens básicos da vida. E, por fim, o direito à dignidade humana."

Na segunda parte da apresentação, Flávia listou o que considera "sete inquietudes" reservadas ao futuro dos Direitos Humanos:

1 - Universalismo x relativismo cultural: "Há a convivência de culturas diferentes com valores próprios. Isso gera tensões por práticas religiosas e culturais diferentes em uma mesma área física. E aí fica a questão: cultura que não aceita o homossexualismo, por exemplo, merece o nosso respeito?"

2 - Temática LGBT: "A prática religiosa pode excluir a diversidade sexual? Qual o papel do fundamentalismo religioso nesse momento? Cada um pode ter sua religião, mas o drama começa quando há fusão desse religião com as práticas de Estado".

3 - Desenvolvimento x assimetrias globais. "Hoje, os dados mostram que 15% dos mais ricos são do-

nos de 85% da renda mundial, o que gera exclusão e pobreza. Assim, o rosto desses pobres precisa ganhar visibilidade para que esse quadro seja alterado".

4 - O alcance do Estado: "Ter acesso ao direito social não pode ser considerado generosidade estatal".

5 - Respeito à diversidade x intolerância: "Os estudos mostram que 70% dos pobres no mundo são mulheres, o que prova que ainda vivemos com muita discriminação".

6 - Combate ao terror x preservação aos direitos de liberdade. "Há protagonismo preocupante das forças militares que atuam em países da América Latina, como no México e no Brasil, como argumento de garantia da segurança nacional".

7 - Narrativa do unilateralismo: "Ficou em voga por conta do Trump (Donald Trump, presidente dos Estados Unidos). É a narrativa da predominância da soberania, da exclusão da vida em comunidade e dos relacionamentos".

8 - Ao final, Flávia fez uma brincadeira. Após análise do momento e das perspectivas difíceis dos Direitos Humanos, disse que não gostaria de transformar o final da tarde de sexta-feira num "baixo astral coletivo". "Sei que os tempos são de escuridão, mas temos que investir firmemente nas práticas emancipatórias dos Direitos Humanos", afirmou a conselheira.

AJURIS

celebra seus 74 anos com animado baile

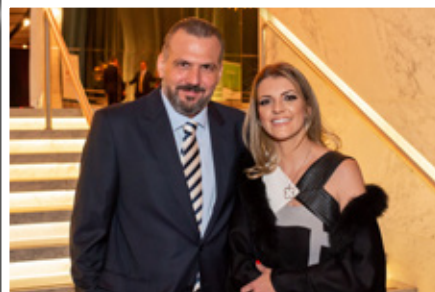
A AJURIS celebrou na noite de (17/8) o baile do seu aniversário de 74 anos na Casa NTX, em Porto Alegre.

Na saudação aos associados e autoridades presentes ao evento, a presidente da entidade, Vera Lúcia Deboni, lembrou que a noite estava sendo marcada pela alegria de unir as pessoas que fizeram o passado, estão fazendo o presente e vão construir o futuro da AJURIS. Os magistrados que completaram 20, 30, 40 e 50 anos de carreira foram homenageados pela associação.

O cardápio do jantar, bastante elogiado, foi elaborado pelo chef Lúcio e a noite contou, na abertura com a música da Orquestra Aldeia da Fraternidade e, após o jantar, animação da banda Movie Star e do DJ Léo Kurylo.

A galeria completa de fotos pode ser conferida no www.flickr.com/ajuris







Gestão 2018/2019 apresenta breve balanço

Principais processos administrativos encaminhados
ao Tribunal de Justiça em 2018

Licença paternidade

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) deferiu, em 17/5, o pedido da AJURIS de extensão do período de licença-paternidade para 30 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, para toda a magistratura. O pedido foi acolhido pelo presidente do Tribunal de Justiça do RS, desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro, após parecer da área técnica que teve, como base, a Lei Complementar Estadual 15.165, de 27/04/2018. A lei amplia a licença maternidade e paternidade para os servidores e militares estaduais, em caso de nascimento ou adoção de filho. A reiteração do pedido pela AJURIS foi deliberada em reunião do Conselho Executivo em 7/5.

Gratificação de difícil provimento

A AJURIS encaminhou pedido de execução da decisão do Conselho Nacional de Justiça que determinou a desconstituição do despacho do Tribunal de Justiça que suspendeu o pagamento. O pagamento beneficia magistrados que atuam em comarcas classificadas pelo COMAG como de difícil provimento. Desde 2013, a Associação vem atuando para garantir o pagamento da gratificação aos magistrados lotados em 17 comarcas do interior do RS e nas quais os servidores do TJRS já recebem o benefício.

Pagamento da URV



Depois de um longo trâmite, o Tribunal de Justiça pagou os valores atrasados referentes à conversão da URV na década de 90. A decisão do pagamento foi do Conselho Nacional de Justiça em uma ação que mobilizou a direção da AJURIS em diferentes sessões no julgamento em Brasília.

Adequação do mobiliário

A AJURIS buscou junto ao TRF4 informações sobre os materiais e equipamentos de trabalho (como mesas, cadeiras e computadores) adequados para as rotinas de servidores e magistrados. Com o estudo realizado pelo TRF4 em mãos, encaminhou junto ao Tribunal de Justiça pedido que o mobiliário das unidades da Justiça seja adequado às normas técnicas para prevenir danos à saúde e oferecer conforto nas atividades jurisdicionais.

Auxílio-alimentação

A AJURIS encaminhou e o Tribunal de Justiça autorizou a atualização do valor do auxílio-alimentação para magistrados no ano de 2018, com base na atualização realizada pelo CNJ.

Assessor substituto

Está no Tribunal de Justiça o requerimento da AJURIS com pedido de criação de cargo de assessor substituto para assessor de juiz de Direito e pretor.

Comitê de diversidade

A direção da AJURIS encaminhou ao Tribunal de Justiça solicitação de criação de comitê na corte para estabelecer mecanismos internos de enfrentamento de situações relativas a questões de gênero, raça e diversidade.

Folga compensatória

O Tribunal de Justiça analisa pedido da AJURIS de imediata edição de norma para implantação e regulamentação de folga compensatória aos magistrados que atuam em regime de plantão nas cidades do interior do Estado. A proposta foi aprovada durante reunião do Conselho Executivo da AJURIS do dia 23/7. O pedido se refere somente às comarcas do interior do Estado, excluindo Porto Alegre, que possui um sistema diferente de rodízio nos plantões.

Residir fora da comarca

A AJURIS enviou pedido ao Tribunal de Justiça para alterar a Resolução 518/2005 do COMAG para modificar os critérios para autorização de residência fora da comarca, estabelecendo o limite de até 80km de distância.

Principais eventos culturais e sociais promovidos pela AJURIS em 2018

Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser

Em março, a AJURIS promoveu a segunda edição do evento “Lugar de mulher é onde ela quiser”, em alusão ao Mês da Mulher. Com o mote “Inclusão e Empreendedorismo”, a proposta foi a de promover a reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, seus desafios, conquistas e perspectivas. O evento foi realizado nos dias 6 e 28 de março, na Escola da AJURIS.

Jantar dos Aposentados

A 76ª edição do tradicional Jantar dos Aposentados da AJURIS foi realizada na noite de 4/5 na Salão Germânia da Sociedade Germânia. Durante a comemoração foi entregue Alfinete do Jubilado, que leva o nome do associado Luiz Gaspar Beck da Silva, falecido em 2014. A láurea foi concedida ao juiz de Direito Aguielo Gubert, aposentado em 1990; ao desembargador Nério Letti, aposentado em 1992; ao desembargador Talai Djalma Selistre, aposentado em 1997; e para a desembargadora Marta Borges Ortiz, aposentada este ano.

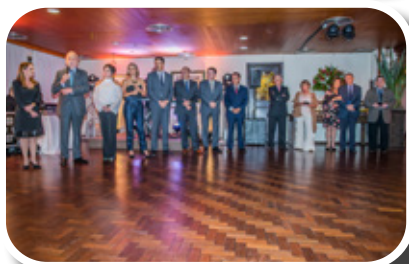
Curso de Inclusão Digital das Pensionistas e Chá

O Departamento de Pensionistas da AJURIS realizou, na tarde de 5/4, seu primeiro encontro com suas associadas, marcando o início dos trabalhos da diretora Beatriz de Vasconcellos Martins, que destacou que o departamento está aberto a ideias e sugestões de atividades a serem desenvolvidas durante a gestão.

O departamento ainda realizou, nos dias 7 e 14 de junho, o Curso de Inclusão Digital para Pensionistas, que contou com grande adesão das pensionistas da AJURIS.

Almoço Pré e Pós Aposentadoria com Presidente da AMB

Em 28 de junho, a presidência da AJURIS em conjunto com o Departamento de Pré e Pós Aposentadoria,



promoveu um almoço que contou com a presença do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, que fez um relato da atuação da AMB, em consonância com as entidades estaduais que representa, dos processos que envolvem os ganhos dos magistrados, principalmente sobre a reposição salarial e sobre a Valorização por Tempo de Magistratura (VTM). Também estiveram presentes, pela AMB, o coordenador da Justiça Estadual, Frederico Mendes Júnior; a vice-presidente Institucional, Renata Gil de Alcantara Videira; e o vice-presidente de Assuntos Legislativos, Jerson Moacir Gubert.

A Cura pela Arte

A itinerância da exposição de percurso A Cura pela Arte foi apresentada em três espaços em Porto Alegre. A mostra, composta por obras de pacientes do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) de Porto Alegre, e sob a coordenação do artista plástico Aloízio Pedersen poderá ser conferida em agosto no Tribunal de Justiça, Átrio do Foro II e na Escola da AJURIS.

Semana da Magistratura de Pelotas

A Semana da Magistratura de Pelotas, promovida pela 2ª Coordenadoria da AJURIS, foi realizada de 29 a 31/8 na Faculdade de Direito da UfPel. A abertura contou com a palestra da desembargadora aposentada Maria Berenice Dias, que falou sobre A Mulher e a Justiça. No evento de abertura, a presidente da AJURIS, Vera Lúcia Deboni, falou da importância do debate da magistratura com a comunidade, destacando o fato de o evento ser realizado em um local responsável por formar profissionais que vão atuar no ramo da Justiça.

Campanhas

A AJURIS também esteve engajada em diversas campanhas sociais como a de Doação de Sangue, Campanha do Agasalho, Escola de Artes do Presídio, apoio a ONG Winbelemdon, auxílio ao Asilo Padre Cacique, Produtos de Bebê para as detentas do Madre Pelettier, entre outros.

O número 0, lançado
em dezembro de 1982

A cobertura dos torneios de futebol
de 1983 e revelação de craques da bola

Jararaca, uma época de bom humor e polêmicas



A AJURIS sempre teve tradição em usar o papel para se comunicar com os juizes. Já em dezembro de 1963, há quase 55 anos, começou a circular o primeiro jornal da entidade, o Boletim Informativo, com o brasão da Justiça desenhado à mão na capa e dez páginas caprichosamente datilografadas. Na década seguinte, em 1974, criou a Revista da Ajuris, que se tornou uma referência importante na área jurídica, discutindo ao longo dos anos os assuntos e questões da Justiça e da atuação dos magistrados.

O mais polêmico e satírico informativo, no entanto, só surgiu na década de 80: em dezembro de 1982, sob a inspiração de Juracy Vilela de Souza, passou a circular o Jararaca, que teve próspera vida até seu último número, em junho de 1986, depois de 19 edições. Durante sua história, o Jararaca ganhou muitas definições com uma palavras comum em todas elas: foi um jornal "irreverente". No livro AJURIS 60 Anos - O Fazer-se da Magistratura Gaúcha, o escritor e historiador Gunter Axt relembrou a linha editorial do informativo. "Era um jornalzinho dirigido para notícias sociais e desportivas da entidade. O 'número zero', sob direção de Paulo Cláudio Tovo, falava muito do torneio de futebol-sete, comentava os pés-de-valsa na festa de encerramento do ano na sede campestre e brincava com o presidente Milton Martins que, de tanto viajar para os núcleos do interior, buscando conhecer as necessida-



Juracy Vilela de Souza, primeiro editor da publicação

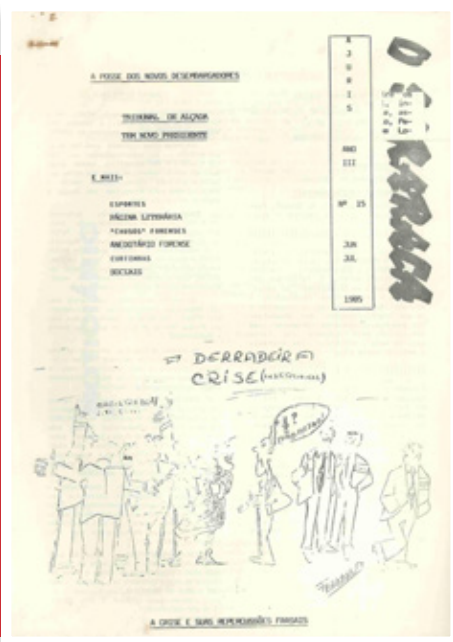
des dos associados, já morada dentro de seu Chevrolet 400", destaca o autor.

Hoje vice-presidente de Aposentados da AJURIS, Felipe Rauen foi testemunha de o quanto o Jararaca sacudi com os alicerces da magistratura durante seu período de circulação. "O Jararaca de início sofreu resistência de

alguns colegas mais conservadores, notadamente os integrantes do Tribunal de Justiça, naquela época um tanto 'divinizados' e distantes dos juizes de primeiro grau, que entendiam que a publicação expunha demais os magistrados. Mas logo foi caindo no agrado de todos", relembra. "Penso que foi um

Em junho de 1985, uma crise
tratada com bom humor

A última edição, em
18 de junho de 1986



instrumento muito importante para unir os colegas e especialmente para descontração ao quebrar a seriedade litúrgica que se costumava exigir dos juízes, que, afinal, têm o seu lado lúdico mesmo no exercício profissional onde enfrentam diariamente dramas e encontravam no Jararaca saudável descontração."

Em fevereiro de 1983, a produção do Jararaca foi assumida pelos magistrados da 11ª Coordenadoria da AJURIS, sem, no entanto, perder seu espírito brincalhão. Se dizia "órgão ocasional e inoficial da AJURIS, criado para divulgar os atos e fatos dos colegas dignos de divulgação de maneira séria e descontraída". Era uma tentativa de tratar de assuntos mais amenos em uma profissão pressionada por decidir em assuntos polêmicos e, muitas vezes, trágicos. Exemplo desse espírito foi uma nota publicada na edição 2: "O restaurante 'prive' do Foro Cível (Sunabinho) tem sido prestigiado por juízes do Foro Criminal. Em recente almoço, mereceu especial destaque a presença do dr. Glênio Bastos Soares que, em votação unânime, foi aclamado o magistrado mais elegante da 4ª entrância. Comovido com a outorga do título, comprometeu-se ele a comparecer aos próximos dez almoços, arcando com as respectivas despesas".

Aqui é preciso uma explicação: o "Sunabinho", frequentado por juízes e servidores do antigo prédio do foro na Rua Siqueira Campos, era um restaurante criado em resposta ao "Suna-

bão", o restaurante que servia apenas desembargadores no sétimo andar do Tribunal de Justiça, na Praça da Matriz. O nome de ambos foi inspirado na política nacional de refeições populares criada na época pela extinta Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab).

O Jararaca era produzido de forma artesanal: texto feito com máquina de escrever e desenhos recortados e colocados nas páginas, que eram reproduzidas em máquinas de xerox, grampeadas e distribuídas aos leitores.

O sucesso foi tanto que começaram os problemas: como não havia fonte de custeio e a distribuição era gratuita, eram feitos poucos exemplares. Todos eram disputados. E das comarcas do Interior do Estado chegavam queixas, pois o pessoal não recebia. A intimidade entre jornal e leitores cresceu tanto que passou a ser conhecido apenas como "Jara".

Como tudo começou

No livro dos 60 anos da AJURIS, o primeiro editor do Jararaca lembra em depoimento como tudo começou: "Eu chegava lá naquela sede campestre maravilhosa e ninguém frequentava. Eu pensava que devíamos divulgar aquilo. Fui convidado pela presidência para ser o subdiretor do Departamento Desportivo Social, para movimentar a AJURIS. Eu imaginava que se colocássemos notícias num jornalzinho, Fulano e Beltrano estão jogando tênis,

estão jogando futebol no sábado, estão almoçando nos domingos, estimularíamos mais colegas a frequentar a sede campestre. E, realmente, a partir do Jararaca, a AJURIS começou a se movimentar", relembra Juracy Vilela de Souza.

Mas o tom de humor sempre foi acompanhado de muitas polêmicas envolvendo as notícias do Jararaca.

Após uma das primeiras edições, um pretor que não gostou de uma brincadeira telefonou para os responsáveis e chamou o Jararaca de "jornaleco abominável". Virou pauta até de uma discussão no Pleno do Tribunal de Justiça: uns aprovavam o tom descontraído, outros eram contra expor a vida dos associados de forma tão descontraída, outros falavam em agressão à magistratura. Talvez a melhor sentença tenha vindo do magistrado Rui Portanova, publicado no Jararaca 4: "O Jararaca morde? Ouço opiniões antagônicas. Uns gostam, dizem mostrar nova imagem dos juízes: alegres, descontraídos, mas sempre responsáveis. Outros são contra: fala-se em mácula de postura. Aprecio as brincadeiras com os colegas e, sobretudo estes pelo desprendimento. Por outro lado, confesso: não gostaria de ser mordido, digo, citado..."

Hoje desembargador, Portanova confirma o espírito brincalhão do jornal. "Não era de direita nem de esquerda. Não falava de política, mesmo da política interna da AJURIS. Ouso dizer que era alienado nessa questão. Mas era feito por um grupo de colegas muito alegre, muito satírico, o que resultava em um jornal divertido", lembra o desembargador.

O criador do Jararaca, hoje desembargador aposentado, lembra de onde tirou inspiração para o nome. Juracy conta que estava descendo a Rua da Ladeira em direção ao antigo foro quando comentou com o amigo, também juiz, a proposta editorial do jornal que iria criar. "Vai ser muito venenoso, pior que jararaca", sentenciou o amigo. A comparação serviu de inspiração para o nome. Era tanta a identificação do juiz com o jornal irreverente que também passou a ser chamado pelos colegas de "Juraraca", uma fusão do autor com sua obra.

Na tarefa de fazer manualmente o jornal, Juracy tinha a ajuda de sua secretária Elizabeth Tavaniello, hoje juíza aposentada, que tinha a tarefa de recortar os textos batidos à máquina e colar nas folhas de papel para serem copiadas. Anos depois, quando assumiu a função de juiz eleitoral e também coordenador das zonas eleitorais de Porto Alegre, acumulando com as tarefas em sua vara, Juracy ficou sem tempo para seguir com a publicação, que acabou deixando de circular.

AFINIDADE COM O SEU
JEITO DE PENSAR.

AFINIDADE COM OS SEUS
PROJETOS DE VIDA.

AFINIDADE COM VOCÊ.

Se você valoriza a excelência
na hora de se relacionar com
um banco, bem-vindo ao
Banrisul Afinidade.

Um modelo de atendimento que
entende o que é importante para você,
oferecendo as melhores soluções
financeiras e de negócios, com
agilidade e segurança.

banrisul.com.br/afinidade

SAC: 0800.646.1515 - Deficientes Auditivos e de Fala: 0800.648.1907

Ouvidoria: 0800.644.2200 - Deficientes Auditivos e de Fala: (51) 3215.1068



Banrisul
AFINIDADE